



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MINISTÉRIO DA FAZENDA	
Segundo Conselho de Contribuintes	
Publicado no Diário Oficial da União	
De	03 / 03 / 2005
<i>[Assinatura]</i>	
VISTO	

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 13808.005297/96-81
Recurso nº : 125.658
Acórdão nº : 202-15.698

Recorrente : ITAVEMA ITÁLIA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA.
Recorrida : DRJ em Salvador - BA

DA FAZENDA
COMITÉ DE
BRASÍLIA 23 08 04
Branca
VISTO

PIS/COMPENSAÇÃO.

Questão precedente à compensação é a prova da certeza e liquidez dos valores que se alega ter como crédito.

Recurso ao qual se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
ITAVEMA ITÁLIA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 07 de julho de 2004

Henrique Pinheiro Torres
Henrique Pinheiro Torres
Presidente

Jorge Freire
Jorge Freire
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Rodrigo Bernardes Raimundo de Carvalho (Suplente), Raimar da Silva Aguiar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski, Cláudia de Souza Arzua (Suplente) e Nayra Bastos Manatta. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

cl opr



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 13808.005297/96-81
Recurso nº : 125.658
Acórdão nº : 202-15.698

MIN. DA FAZENDA
COMERCI
BRASÍLIA 23 08 04
S. Rangel
Vice

Recorrente : ITAVEMA ITÁLIA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA.

RELATÓRIO

Trata-se de lançamento de ofício do PIS relativo aos períodos 07/93 a 10/93, por falta de recolhimento.

Irresignada com a r. decisão (fls. 46/52) que manteve o lançamento, apenas reduzindo a multa de ofício para setenta e cinco por cento, foi interposto o presente recurso voluntário, no qual a recorrente alega, em síntese, que o valor dos períodos sob exação foram compensados com valores recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449. Aduz, de outro turno, que teria ocorrido a prescrição intercorrente, vez que o lançamento foi impugnado em janeiro de 1997 e seu julgamento ocorreu em 21 de maio de 2003, desta forma ultrapassado o prazo de cinco anos do artigo 174 do CTN. No mérito, reporta-se às razões deduzidas na impugnação, afirmando que os recolhimentos a maior que teriam ensejado a compensação “foram demonstrados na notificação judicial promovida perante a 5ª Vara da Justiça Federal em São Paulo (Proc. 93.0025388-3)”, cuja cópia teria sido juntada com a impugnação. Demais disso, tece comentários acerca da possibilidade de ser efetuada compensação de tributos pagos indevidamente, transcrevendo textos legais e jurisprudência, pelo que, conclui, o auto de infração seria nulo.

Foram arrolados bens (fls. 64/67) para recebimento e processamento do recurso.

É o relatório.

XII



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13808.005297/96-81
Recurso nº : 125.658
Acórdão nº : 202-15.698

MIN. DA FAZENDA
CONFERE OFICIALMENTE
BRASÍLIA 23 08 04
VIGOROSAMENTE
Jorge Freire

2º CC-MF
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
JORGE FREIRE

Sem reparos a r. decisão.

Primeiramente afasto a preliminar de prescrição intercorrente, a qual só caberia falarmos se houvesse definitividade do crédito tributário, o que só ocorre com o fim da lide administrativa. Por certo que houve um lapso muito grande entre a impugnação e seu julgamento, em grande medida por culpa da recorrente que não cumpriu a intimação (fl. 29) para acostar aos autos a certidão de objeto e pé da notificação judicial a qual referiu-se na impugnação e recurso. Mas o certo é que só podemos falar em prescrição intercorrente uma vez ajuizada a execução judicial, nos termos do artigo 174 do CTN.

Em outro giro, quisesse o contribuinte compensar valores pagos indevidamente, deveria ter submetido seu pleito à administração tributária. Quando feita à alegada notificação judicial que consigna ter juntado cópia à impugnação, o que não se constata no exame dos autos, em 1993, o que se supõe pelo nº do processo, a constitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449 era matéria controvertida, não havendo, ainda, decisão do STF.

Não se discute nos autos a legalidade do instituto da compensação, o que quer fazer crer a recorrente, mas sim a forma como alega ter sido feita. Cediço que para que haja compensação, questão preliminar da certeza e liquidez dos créditos a serem compensados deve ser enfrentada. Ora, nos autos não se tem informação de quais valores foram recolhidos a maior, a comprovação do pugnado pagamento a maior, e, sequer, se houve tais pagamentos.

Por isso, que o dever do contribuinte ao compensar supostos créditos em relação a pagamentos indevidos é demonstrar a certeza e liquidez de tais valores e a submissão dos mesmos à Administração tributária. Pelo que depreendo dos autos, sequer houve contabilização de tais aventureadas compensações. Nesses termos, não comprovada a existência e liquidez dos eventuais créditos a serem compensados, não há como dar-se guarida a tal pretensão.

CONCLUSÃO

Forte em todo o exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.

É assim que voto.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 2004

JORGE FREIRE